



**Ministério da Transparência
e Controladoria-Geral da
União**
Secretaria Executiva

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC07/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	1 / 5

ACESSO À INTERNET POR MEIO DA REDE DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

ORIGEM

Comitê Permanente de Segurança Corporativa/COPESEG do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

REFERÊNCIA NORMATIVA

Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13/06/2008 e Normas Complementares

Portaria SE/CGU/PR nº 50224, de 04/12/2015 – Comitê de TI

Portaria SE/CGU/PR nº 948, de 18/04/2017 – Comitê Permanente de Segurança Corporativa

Portaria SE/CGU/PR nº 1213, de 03/06/2014 – Política de Segurança Corporativa (em revisão)

Instrução Normativa SE/CGU/PR nº 04, de 03/06/2014

CAMPO DE APLICAÇÃO

Esta Norma se aplica no âmbito do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

SUMÁRIO

- 1. Objetivo**
- 2. Fundamento Legal da Norma Complementar**
- 3. Considerações Iniciais**
- 4. Conceitos e Definições**
- 5. Do Acesso à Internet**
- 6. Disposições Finais**
- 7. Vigência**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Não há

APROVAÇÃO

GILSON LIBÓRIO DE OLIVEIRA MENDES
Coordenador do Comitê Permanente de Segurança Corporativa

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC07/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	2 / 5

1. OBJETIVO

Disciplinar o acesso à internet por meio da rede de computadores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2. FUNDAMENTO LEGAL DA NORMA COMPLEMENTAR

Conforme disposto na IN04/SE/CGU/PR, de 03 de junho de 2014, compete à CGU, por meio do Comitê Permanente de Segurança Corporativa/COPESEG, promover e propor normas e diretrizes quanto a segurança da informação no que diz respeito à Segurança Corporativa.

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1. A evolução dos serviços disponibilizados na rede mundial de computadores (Internet) e sua crescente utilização no apoio às atividades da CGU expõem a rede de computadores da CGU a riscos, não só da segurança das informações e de seus serviços, mas até da imagem institucional da organização;

3.2. Considerando a importância de assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, dos serviços e computadores da CGU, além dos custos expressivos envolvidos no fornecimento e manutenção do acesso à Internet, se faz necessário implantar mecanismos de proteção desse acesso, alinhados à estratégia do Órgão e aos normativos de segurança da informação e comunicações;

3.3. As disposições desta Norma são válidas para todos os usuários de recursos de tecnologia da informação da CGU, a saber: servidores ocupantes de cargo efetivo ou cargo em comissão e os ocupantes de emprego público, em exercício na CGU, bem como funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados não eventuais e ainda os estagiários e visitantes em atividade no Órgão.

4. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Norma Complementar, aplicam-se os seguintes termos e definições:

4.1. **Autenticidade:** propriedade de que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, ou por um determinado sistema, órgão ou entidade;

4.2. **COPESEG:** Comitê Permanente de Segurança Corporativa da CGU;

4.3. **Confidencialidade:** propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizado e credenciado;

4.4. **Disponibilidade:** propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade;

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC07/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	3 / 5

4.5. **DTI:** Diretoria de Tecnologia da Informação;

4.6. **Incidente de segurança em redes computacionais:** qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores;

4.7. **Integridade:** propriedade de que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

4.8. **Internet:** rede mundial de computadores. Possibilita acesso a variadas fontes de conhecimento, entretenimento e serviços; incrementa a praticidade nos negócios; agiliza a comunicação;

4.9. **Rede CGU:** é a rede de Ativos de Informação da CGU, dotada de infraestrutura tecnológica que provê os serviços de TI necessários ao desempenho das atividades do Órgão;

4.10. **Usuário:** servidores, terceirizados, colaboradores, consultores e estagiários que obtiveram autorização do responsável pela área interessada para acesso aos Ativos de Informação da CGU.

5. DO ACESSO À INTERNET

5.1. O acesso à Internet por meio da Rede CGU constitui solução corporativa de tecnologia da informação destinada a disponibilizar serviços e informações necessários à execução das atividades desempenhadas pelo Órgão;

5.2. Compete à DTI disponibilizar, controlar e monitorar o acesso à Internet, de forma a garantir serviço com desempenho e segurança satisfatórios.

5.3. Os acessos dar-se-ão, exclusivamente, pelos meios autorizados e configurados na Rede CGU;

5.3.1. É vedado o uso de qualquer forma de conexão alternativa que burle os meios de acesso disponibilizados pela CGU, como conexões ADSL, uso de proxy externo, conexão via operadoras telefônicas, dentre outras;

5.4. O acesso à Internet é liberado somente a usuários autenticados e respeitará o perfil atribuído ao usuário na Rede CGU;

5.4.1. Os perfis de acesso são definidos pelo Comitê de TI da CGU e podem variar de acordo com a unidade de lotação, cargo exercido, atividade desempenhada;

5.4.1.1. De modo a otimizar o uso dos recursos tecnológicos, os perfis de acesso à Internet poderão variar também em função do horário de utilização e/ou volume e tipo de dados trafegados;

5.4.1.2. No caso de mudança de lotação, as permissões concedidas em razão das atividades realizadas na unidade de origem serão atualizadas para refletirem os direitos e privilégios necessários para desempenhar suas funções na nova lotação.

5.5. A navegação na Internet deverá ser controlada por ferramentas tecnológicas que coíbam o acesso a sítios espúrios, ofensivos e outros que possam impactar negativamente o desempenho e/ou a segurança da infraestrutura e serviços da Rede CGU;

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC07/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	4 / 5

5.5.1. Exclui-se da análise o acesso a sítios categorizados como informações pessoais, bancárias e de saúde;

5.5.2. O acesso intencional e reiterado a sítios que notadamente fornecem os tipos de conteúdo a seguir caracteriza utilização indevida e será registrado como incidente de segurança da informação:

5.5.2.1. Pornografia;

5.5.2.2. Racismo ou preconceitos de qualquer natureza;

5.5.2.3. Compartilhamento de arquivos *peer to peer*;

5.5.2.4. Serviços de mascaramento de navegação, como proxies;

5.5.2.5. Pirataria (músicas, vídeos, softwares entre outros);

5.5.2.6. Jogos;

5.5.2.7. Outros conteúdos notadamente fora do contexto do trabalho desenvolvido.

5.5.3. O bloqueio de sítios e serviços é realizado automaticamente pelas ferramentas de segurança da Rede CGU. Aqueles bloqueados equivocadamente e necessários ao desempenho das atribuições funcionais do usuário, serão liberados mediante solicitação devidamente justificada e autorizada pelo gestor da unidade;

5.5.4. A DTI manterá registros dos acessos à Internet, os quais serão utilizados na apuração de incidentes de segurança ou solicitações judiciais.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Infração a estas diretrizes caracteriza incidente de segurança da informação e será comunicada ao dirigente da respectiva unidade em que se encontra a estação de trabalho para que sejam tomadas as providências pertinentes;

6.2. A DTI deverá proceder a ajustes de dimensionamento dos recursos disponíveis, de modo a inibir ou desestimular acessos considerados prejudiciais ao desempenho do acesso à Internet por meio da Rede CGU;

6.3. O canal para alerta de incidentes, confirmados ou sob suspeita, relacionados à segurança da Rede CGU é a caixa postal abuse@cgu.gov.br;

6.4. É atribuição da DTI prover os instrumentos tecnológicos necessários ao cumprimento das regras estabelecidas nesta norma, bem como zelar pela manutenção dos serviços que disponibilizam os acessos aos usuários;

6.5. Cabe à DTI, por meio da central de serviços de TI, esclarecer eventuais dúvidas do usuário quanto à conformidade de determinada atitude ou utilização em relação às normas de uso da Rede CGU;

6.6. Incumbe ao COPESEG monitorar e avaliar periodicamente as práticas de segurança da informação e propor os ajustes que considerar necessários;

6.7. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta norma serão dirimidos pela DTI, ouvido o Núcleo Técnico de Segurança Corporativa - NUTESEG.

Número da Norma Complementar	Revisão	Emissão	Folha
NC07/IN04/SE/CGU	00	03/07/2017	5 / 5

7. VIGÊNCIA

Esta Norma Complementar entra em vigor na data de sua publicação.